

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: Conceito e Indicadores

Geraldino Carneiro de Araújo (Mestrando em Agronegócios – UFMS)

Miriam Pinheiro Bueno (Mestranda em Agronegócios – UFMS)

Adriana Alvarenga de Sousa (Mestranda em Agronegócios – UFMS)

Paulo Sérgio Miranda Mendonça (Doutor em Administração, Docente - UFMS)

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar as primeiras definições sobre desenvolvimento sustentável, difundido primeiramente como ecodesenvolvimento; relata as conferências mundiais (Conferência de Estocolmo e Rio-92) e os relatórios gerados (Relatório de Brundtland e Agenda 21); e alguns pontos de vista sobre o significado de desenvolvimento sustentável. Este artigo ainda levanta a discussão sobre a definição de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e com o intuito de expor a conceituação da sustentabilidade empresarial. O objetivo é apresentar o conceito de sustentabilidade empresarial e os principais indicadores de sustentabilidade das empresas brasileiras. Para tanto a estrutura do trabalho parte da apresentação do termo desenvolvimento sustentável e das abordagens existentes para então expor dados da sustentabilidade empresarial brasileira. A pesquisa se caracteriza como descritiva e qualitativa. Utilizou-se a análise de dados secundários para a pesquisa. Com base no relatório do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) realizou-se o levantamento dos indicadores de sustentabilidade empresarial das organizações brasileiras.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; sustentabilidade empresarial; indicadores.

Abstract: This article proposes to present the first definitions on sustainable development, spread out first as ecodesvelopment; it tells about the world-wide conferences (Conference of Estocolmo and River) and the generated reports (The Brundtland Report and Agenda 21); and some points of view on the meaning of sustainable development. This article still raises the quarrel on the definition of sustainable development and sustainability and with intention to display the conceptualization of the enterprise sustainability. The objective is to present the concept of enterprise sustainability and the main pointers of sustainability of the Brazilian companies. For this, the structure of the work starts on the presentation of the term on sustainable development and the existing boardings for then displaying data of the Brazilian enterprise sustainability. The research is characterized as descriptive and qualitative. Used analysis of secondary data for the research. On the basis of the report of the Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) became fulfilled the survey of the pointers of enterprise sustainability of the Brazilian organizations

Key words: sustainable development; enterprise sustainability; pointers

1. INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos advindos após a revolução industrial e o crescente aumento da população a atividade humana passou a causar mais impacto negativo ao meio ambiente, e o que durante muito tempo foi visto como fonte inexaurível de recursos disponíveis para servir às necessidades do homem agora passa a ser uma inquietação, porquanto os recursos são limitados.

O ciclo produtivo da sociedade capitalista extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, entretanto, o processo produtivo retorna resíduos sólidos, efluentes líquidos e emite gases nocivos e poluentes em grandes quantidades, acarretando poluição ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Outra preocupação que emerge é que uma volumosa camada da população mundial que sofre com a pobreza, fome e exclusão social. As empresas procuram resultados financeiros, ampliação de fatias de mercado e sobrevivência e manutenção de sua competitividade. A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos.

Diante deste panorama as empresas passam a se reestruturar para se adequarem a esta nova percepção. As pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem frente a sua responsabilidade social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo (CORAL, 2002).

O objetivo deste artigo é apresentar o conceito de sustentabilidade empresarial e os principais indicadores de sustentabilidade das empresas brasileiras. Parte-se de uma evolução histórica sobre o pensamento do desenvolvimento sustentável para então se definir sustentabilidade empresarial e apresentar os indicadores sustentáveis promovidos pelas organizações.

2. CRESCIMENTO E PROGRESSO VERSUS ECODESENVOLVIMENTO

O crescimento é inevitável, é preciso criar uma estrutura para suportá-lo, supri-lo; de maneira a produzir mais, reciclar mais, conscientizar mais, e consumir menos. A população tem que agir menos agressivamente em relação ao meio ambiente, pois os recursos naturais são limitados. Para a CIMA – Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRASIL, 1991) a ótica populacional implica em dois fatores, o primeiro é constituído pela concentração progressiva da população em cidades, adensando o meio urbano e produzindo, em conseqüência, problemas ambientais; o segundo reflete a distribuição desigual do espaço, tanto no que diz respeito aos recursos naturais como nas atividades econômicas. A superposição destes dois fatores implica em níveis diferentes de intensidade dos problemas ambientais (além dos econômicos e sociais).

Produzir degradando menos de forma mais limpa e reduzindo o consumo são fatores a serem mais disseminados e realizados. No entanto, se depara com as desigualdades sociais; e mesmo assim, sob essas condições o país cresce, sem controle, a população

umenta e conseqüentemente avoluma-se os problemas sociais, políticos, econômicos, e em especial os relacionados ao meio ambiente, fazendo com que os recursos naturais fiquem escassos mais rapidamente. Os seres humanos têm um futuro comum, o que afeta uma sociedade afeta todo o mundo.

O modelo atual de desenvolvimento econômico vem gerando enormes desequilíbrios sociais. Em outras palavras, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e a poluição, e é neste cenário que se encaixa o desenvolvimento sustentável, como uma maneira de equilibrar e dar continuidade a atividades essenciais a qualidade de vida. É neste cenário que surgem os ideais sobre o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez, com o nome de ecodesenvolvimento, no início da década de 70. Foi uma resposta à polarização, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidário de duas visões sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente: de um lado, aqueles, genericamente classificados de possibilistas culturais (ou 'tecnocêntricos' radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, considerando o processo de crescimento econômico como uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quão irrelevante diante dos benefícios obtidos; de outro lado, aqueles outros, deterministas geográficos (ou 'ecocêntricos' radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe. Mantidas as taxas observadas de expansão de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição) (ROMEIRO, 1999, p. 2-3).

O autor afirma ainda que é neste contexto, que surge o ecodesenvolvimento como uma proposição conciliadora, que reconhece que o crescimento efetivamente é relativo aos limites ambientais, porém não os elimina; o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a erradicação da pobreza e das disparidades sociais. Desta forma é necessário e possível à intervenção e o direcionamento do desenvolvimento econômico para conciliar a eficiência econômica, desejabilidade social e prudência ecológica (uma aceitação generalizada).

3. DISCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As primeiras discussões sobre ecodesenvolvimento foram engendradas pelo Clube de Roma, organização formada em 1968 por iniciativa do industrial italiano Aurelio Peccei, com o objetivo de examinar o complexo de problemas que desafiavam a humanidade: a pobreza em meio à riqueza; a degradação do meio ambiente; a perda de confiança nas instituições; o crescimento urbano descontrolado; a insegurança no emprego; a alienação da juventude; a rejeição de valores tradicionais; e a inflação e outras rupturas econômicas e monetárias. Pressupunham que era possível entender o mundo como um sistema e analisá-

lo como um todo (visão sistêmica). O Clube reunia cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, com o objetivo de debater a crise atual e futura da humanidade (KRÜGER, 2001).

O resultado foi um relatório publicado pela primeira vez em 1972, *The limits to growth* (“Os limites do crescimento”), que defendia a necessidade de se conquistar um equilíbrio global baseado em limites ao crescimento da população, no desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e em uma atenção aos problemas ambientais. Tal relatório causou enorme impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastróficos de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época. A partir daí, outros relatórios alertavam com frequência para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente (MARGOLIN, 1998).

O ecodesenvolvimento pode ser visto como uma perspectiva sistêmica de análise e intervenção, aberta à harmonização dos aspectos simultaneamente ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos da dinâmica dos sistemas sociais (FERREIRA, 2003, p. 35).

Em 1987 emerge o conceito de desenvolvimento sustentável na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada em 1983), dirigido pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, produziu, sob o patrocínio da ONU – Organização das Nações Unidas, o relatório *Our common future* (“Nosso futuro comum” também conhecido como Relatório de Brundtland), em que são detalhados os desafios e os esforços comuns, incluindo a administração de áreas comuns; paz, segurança, desenvolvimento e o meio ambiente; propostas de mudança institucional e legal. Constitui-se em um trabalho que visa:

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental ; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo para ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. xi).

A Conferência de Estocolmo foi designada na época como “abordagem do ecodesenvolvimento” e, posteriormente, renomeado “desenvolvimento sustentável” (SACHS, 1993). Apesar da significativa similaridade de desenvolvimento sustentável com os preceitos do ecodesenvolvimento:

[...] o fator diferenciador entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável reside a favor deste último quanto à sua dimensão, globalizante, tanto desde o lado do questionamento dos problemas ambientais como a ótica das reações e soluções que formuladas pela sociedade. Ele não se refere especificamente ao problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para sociedade que deve levar em conta tanto à

viabilidade econômica quanto a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de que a sustentabilidade leva à necessária redefinição das relações sociedades humanas/natureza, portanto uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para ação (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 8).

Por ocasião do vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, em junho de 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a conferência mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Eco 92 ou Rio 92. Este acabou considerado como marco global das discussões sobre o assunto, pois teve a participação de representantes governamentais de todo o mundo; seus principais resultados foram dois grandes documentos: A Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21.

A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A Declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento, começa a existir de maneira globalizada uma preocupação no que diz respeito à Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável tanto por parte das entidades governamentais das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 6)

A Agenda 21 se trata de documento contendo uma série de compromissos acordados pelos 170 países presentes, que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios do desenvolvimento sustentável.

No ano de 2002, aconteceu em Joanesburgo, na África do Sul, a maior conferência mundial sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+10, nesse encontro foi elaborado um documento chamado Protocolo de Kioto onde se firma um compromisso em que países com maior nível de industrialização, conseqüentemente maiores utilizadores de recursos naturais geradores de resíduos poluentes devem ser tributados e responsabilizados de maneira maior no que diz respeito às responsabilidades da não preservação do planeta para gerações futuras.

Num esforço gigantesco de compreensão e de síntese, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, conseguiu encontrar um caminho ao dizer que o Desenvolvimento Sustentável tem uma base formada por três pilares - o econômico, o social e o ambiental (*triple-bottom line*) - e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza (OLIVEIRA FILHO, 2004).

1968	1972	1983
Clube de Roma	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, a primeira do gênero.	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1987	1992	2002
Relatório Brundtland, na ONU, difundindo a expressão desenvolvimento sustentável.	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Rio-92.	Rio+10 Protocolo de Kyoto

Figura 1: Linha do tempo: pensamento sustentável

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 1 sintetiza o pensamento sobre o desenvolvimento sustentável, destacando as Conferências Mundiais e os Documentos elaborados.

4. CONCEITOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DS

Conforme o documento *Nosso Futuro Comum* (Relatório de Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1991, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas necessidades. Para o desenvolvimento sustentável, Philippi (2001, p. 303) levanta dois pontos-chaves: o conceito das necessidades faz com que as necessidades dos pobres recebam maior prioridade, e a noção dos limites que existem da tecnologia e da organização social imposta ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Ou seja, se por um lado o desenvolvimento sustentável tenta priorizar os mais pobres, por outro lado há limites ao que diz respeito ao meio ambiente, o que faz com que as necessidades não sejam supridas. É o que se pode perceber sob a visão econômica, que é a de atender demandas e não as necessidades, fazendo surgir o caráter frágil do conceito.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (PHILIPPI, 2001, p. 304).

No conceito de desenvolvimento sustentável parecem caber diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades.

O crescimento global é o grande desafio para se construir um desenvolvimento sustentável, que valorize os recursos naturais e humanos, visando a melhoria da qualidade e a edificação de uma sociedade sustentável capaz de superar os problemas atuais e utilizar as potencialidades existentes no país. É preciso solução uma série de problemas, além de estabelecer mudanças, como por exemplifica Mininni-Medina (2001):

- **Agricultura sustentável:** transformações no modelo de desenvolvimento e nas políticas de ocupação do solo, de produção, de novos modelos e prioridades para comercialização, investimentos em crédito rural;

- **Sustentabilidade nas cidades:** transformar os espaços urbanos em lugares adequados para o desenvolvimento das atividades humanas, com boas condições de moradia, de transporte e lazer, entre muitas outras;
- **Infra-estrutura sustentável:** transformar a matriz energética brasileira eficiente e não desperdiçadora, investir também na aplicação de novos recursos e tecnologias para a geração de energias limpas e alternativas;
- **Redução de desigualdades:** diminuição da pobreza extrema, acesso aos recursos (inclusão social), diminuição do consumo desenfreado das camadas privilegiadas, são as condições básicas para a construção de um desenvolvimento sustentável;
- **Ciência e tecnologia:** o desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental exige forte investimentos na ciência e na tecnologia, para tanto se necessita de mais investimento em educação e pesquisa.

O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável apóia-se na integração de questões sociais, ambientais e econômicas, constituindo o tripé conhecido como *triple-bottom line* (Figura 2).



Figura 2: As três dimensões do desenvolvimento sustentável – DS

Fonte: Baseado em Kraemer (2003); ICN-REN (2005).

Para Carvalho e Viana (1998) o desenvolvimento sustentável apresenta três grandes dimensões principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, em outras palavras o desenvolvimento sustentável equilibra as dimensões econômica, social e ambiental (*triple-bottom line*).

O autor continua afirmando que o estabelecimento de uma civilização na qual ocorra uma distribuição mais equitativa das riquezas é o principal objetivo da sustentabilidade social. Uma melhor alocação dos recursos e uma melhor gestão possibilitariam a sustentabilidade econômica. O equilíbrio social é visto como medida da eficiência econômica, e não a lucratividade empresarial. A sustentabilidade ambiental seria alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo, pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental.

Há uma inequívoca sinalização, para políticos, empresários, profissionais, ativistas e para a população em geral, de que só haverá desenvolvimentos sólidos, permanentes e sustentáveis se os três pilares puderem ser articulados, tornando-se interdependentes. Superar a velha tradição do trabalho isolado, por segmentos, certamente não é tarefa das mais fáceis. Afinal, enquanto proliferam especialistas em meio ambiente formando um campo próprio de interesses, ecologistas de variados matizes esforçaram-se por criar uma não muito nítida onda verde de proteção, economistas continuaram ditando as cartas na política como se tudo dependesse do PIB e da taxa de inflação e defensores do social permaneceram restritos a suas especialidades (saúde, educação, nutrição, previdência, etc.). Avançamos bastante nas áreas específicas, mas pouco fizemos para que elas se tornassem mais solidárias. É freqüente ver os especialistas acusando-se mutuamente, quando deveriam concentrar seus esforços no encontro e no estímulo de ponto que possam levar a um relacionamento crescente (ASSAD; ALMEIDA, 2002, p 64).

As suas dimensões vêm sendo ampliadas, tendo sido propostas, recentemente, oito delas. A harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos (aos quais se associam cultural, ecológico, territorial, político nacional e internacional) é postulada pelo ecodesenvolvimento e referenciada por Sachs (2000).

5. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Primeiramente é preciso expor que hoje há uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, apresentam-se a seguir as duas visões:

1. Quando se menciona **desenvolvimento sustentável**, uma vez que muitos utilizam o termo para designar a expectativa de que o país entre numa fase de crescimento que se mantenha ao longo do tempo, faz com que tal forma de desenvolvimento pressuponha a expansão econômica permanente, gerando melhoria nos indicadores sociais, além da preservação ambiental (ALTENFELDER, 2004).

2. **Sustentabilidade** é a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Uma atividade sustentável qualquer é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001).

Apesar de apresentarem similaridades torna-se comum relacionar desenvolvimento sustentável a políticas públicas e sustentabilidade as demais ações. A partir desta explanação o termo a ser utilizado neste trabalho será sustentabilidade, pois relaciona o termo com as empresas e organizações.

Na área empresarial a preocupação com a sustentabilidade tem se generalizado, e um grupo mais envolvido com esta inquietação criou uma entidade voltada a sustentabilidade empresarial, ligada ao movimento internacional de empresários com este foco (ALTENFELDER, 2004).

O objetivo fundamental de qualquer organização é obter o maior retorno possível sobre o capital investido. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente natural e as questões sociais. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando for necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos e mesmo estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002).

A autora apresenta um modelo de sustentabilidade a ser aplicado pelas empresas (Figura 3).

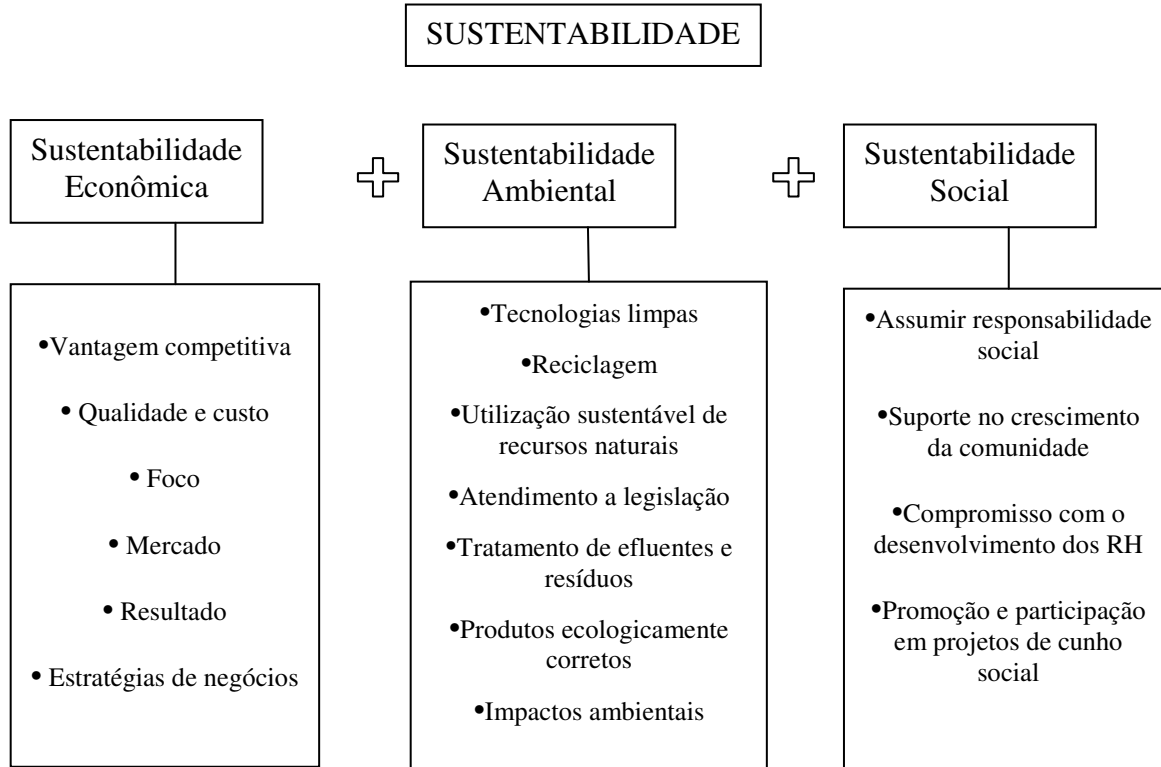


Figura 3: *Modelo de sustentabilidade empresarial*

Fonte: Coral, 2002, p. 129.

O conceito do tripé da sustentabilidade tornou-se amplamente conhecido entre as empresas e os pesquisadores, sendo uma ferramenta conceitual útil para interpretar as interações extra-empresariais e especialmente para ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma mera sustentabilidade econômica.

É importante salientar que dentro dos princípios de sustentabilidade, não se podem separar as questões sociais das questões ambientais. Por isso, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de forma a atender os interesses de todos os *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades.

6. METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa: descritivo e qualitativo. As pesquisas do tipo descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 1999).

O trabalho se caracteriza como pesquisa qualitativa, Godoy, (1995) recomenda que uma pesquisa qualitativa deve apresentar as seguintes características: considerar o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos; ter como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados; o processo deve ser o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados deve ser realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador.

Método de Pesquisa: fenomenológico. Entende-se que sustentabilidade se configura como o fenômeno estudado. O método fenomenológico não é dedutivo nem empírico, consiste em mostrar o que é dado e em esclarecê-lo. Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência, o objeto. A fenomenologia ressalta a idéia de que o mundo é criado pela consciência, o que implica no reconhecimento da importância do sujeito em todo o processo da construção do conhecimento (GIL, 1999).

Método de Procedimento: utiliza-se a técnica de comparação como método de procedimento com base em estudo de casos. Tal método considera o estudo de semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades e fenômenos, ocupando-se da explicação de fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais (LAKATOS, MARCONI, 2001).

O presente estudo compara o relatório de sustentabilidade com as dimensões do desenvolvimento sustentável. O método de estudos de casos visa investigar fenômenos contemporâneos e reais, priorizando a compreensão de fatos em detrimento à análise dos mesmos. A definição do número de casos a serem analisados depende do grau de certeza que se pretende obter com os resultados da pesquisa. Considera-se que o uso de múltiplos casos possibilita a observação de evidências em diferentes contextos, proporcionando mais corpo ao estudo (YIN, 2005).

Método de Coleta de Dados: para o levantamento de dados e de informações relevantes à investigação e à compreensão das questões propostas, serão utilizadas técnicas de documentação indireta. A documentação indireta divide-se em pesquisa documental (fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). A fonte de coleta de dados da pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já publicada tanto na comunicação escrita quanto na oral (CAMPEÃO, 2004). Este estudo faz uso de fontes secundárias, mais especificamente no relatório do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2004).

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta os indicadores empresariais de sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social:

Empresas	Dimensões		
	Ambiental	Econômico	Social
3M do Brasil	Educação ambiental Efluentes e resíduos Materiais Preservação Reciclagem	Faturamento Força de trabalho Investimentos	Diversidade Profissionalização Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade
Alcoa	Água e energia Biodiversidade Efluentes e resíduos Materiais Reciclagem	Faturamento Impactos econômicos Inovação tecnológica Lucro Retorno do investimento Tributos	Diversidade Gestão participativa Práticas trabalhistas Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Amanco	Água e energia	Exportações	Responsabilidade

	Conformidade Ecoeficiência Efluentes e resíduos Gestão ambiental	Faturamento Folha de pagamento Produção Tributos	Sociedade
Ambev	Água e energia Conformidade Efluentes e resíduos Investimentos	Receita Tributos	Práticas trabalhistas Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Aracruz	Água e energia Biodiversidade Conformidade Efluentes e resíduos Fornecedores Materiais	Exportações Faturamento Tributos	Direitos humanos Práticas trabalhistas Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Bayer	Água e energia Biodiversidade Conformidade Efluentes e resíduos Fornecedores Materiais Preservação Reciclagem	Faturamento Folha de pagamento Tributos	Direitos humanos Práticas trabalhistas Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade
Braskem	Água e energia Efluentes e resíduos	Exportações Faturamento Lucro Tecnologia	Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Companhia Siderúrgica de Tubarão	Água e energia Biodiversidade Conformidade	Faturamento Folha de pagamento	Direitos humanos Práticas trabalhistas

	Efluentes e resíduos Fornecedores Materiais	Tributos	Responsabilidade Sociedade
Copesul	Água e energia Biodiversidade Conformidade Efluentes e resíduos Fornecedores Materiais	Faturamento Folha de pagamento Tributos	Direitos humanos Práticas trabalhistas Segurança e saúde Sociedade
Cosipa	Efluentes e resíduos Gestão ambiental	Faturamento Investimentos Receita	Segurança e saúde Sociedade Treinamento

continua...

... continuação

Eletronuclear	Água e energia Conformidade Efluentes e resíduos	Faturamento Folha de pagamento Tributos	Práticas trabalhistas Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Furnas	Água e energia Preservação	Lucro Receita	Força de trabalho Responsabilidade Sociedade Treinamento
Gerdau	Água e energia Educação ambiental Gestão ambiental Preservação Reciclagem	Faturamento Investimentos Lucro Receita Tributos	Remuneração por resultados Sociedade Treinamento
Natura	Água e energia Efluentes e resíduos	Custo Investimentos Lucro	Responsabilidade Satisfação Sociedade

	Fornecedores	Renda	
Nestlé	Água e energia Ecoeficiência Efluentes e resíduos		Gestão ergonômica Remuneração Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Petrobrás	Água e energia Biodiversidade Conformidade Efluentes e resíduos Fornecedores Materiais	Compras Doações Folha de pagamento Mercados	Direitos humanos Diversidade Práticas trabalhistas Responsabilidade Segurança e saúde Treinamento
Siemens	Educação ambiental Efluentes e resíduos Reciclagem	Exportações Faturamento Investimentos Lucro	Diversidade Práticas trabalhistas Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade Treinamento
Usiminas	Água e energia Efluentes e resíduos Fornecedores	Folha de pagamento Lucro Margem Receita Tributos	Sociedade Treinamento
VCP (Votorantim)	Certificação Efluentes e resíduos Preservação	Exportações Receita Tributos	Responsabilidade Segurança e saúde Sociedade Treinamento

White Martins	Água e energia Impactos ambientais	Faturamento Folha de pagamento Investimentos Lucro Tributos	Responsabilidade Segurança e saúde
---------------	--	--	--

Quadro 1: Ações das empresas em relação a sustentabilidade

Fonte: elaborado pelo autor com base no relatório do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2004).

A partir dos dados do quadro 1 é possível relacionar os indicadores que aparecem com mais frequência (Quadro 2):

Ambiental	Econômica	Social
Emissões, efluentes e resíduos	Faturamento	Sociedade
Água e energia	Tributos	Segurança e saúde
Conformidade ambiental	Folha de pagamento	Responsabilidade social
Fornecedores	Lucro	Treinamento
Materiais	Receita	Práticas trabalhistas
Biodiversidade	Investimentos	Direitos humanos
Reciclagem – Preservação	Exportações	Diversidade

Quadro 2: Principais indicadores empresariais em relação a sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão faz-se necessário a definição dos termos utilizados no Quadro 2:

Água e energia: uso racional das fontes renováveis e eficiência energética e hídrica.

Biodiversidade: investimentos para a manutenção de um habitat natural.

Conformidade ambiental: autuações por violações das normas de proteção ambiental

Emissões, efluentes e resíduos: controle/tratamento das emissões de gases, efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Fornecedores: os contratos de fornecedores têm cláusulas contratuais que envolvem questões ambientais e sociais. Os fornecedores também devem cumprir integralmente a legislação trabalhista.

Materiais: aquisição de matérias-primas ambientalmente corretas, uso racional das matérias-primas.

Reciclagem: reaproveitamento do material já utilizado na produção.

Exportações: valor monetário dos produtos vendidos para o mercado externo.

Faturamento: valor total das vendas em um determinado período de tempo.

Folha de pagamento: intimamente ligado ao conceito de força de trabalho (citado abaixo).

Investimentos: aplicação em dinheiro com o propósito de se obter lucro.

Lucro: ganho, benefício ou vantagem que se obtém com alguma atividade.

Receita: quantia recebida, rendimento, renda.

Tributos: impostos, taxas e contribuições pagas ao governo.

Direitos humanos: seguridade dos direitos básicos das pessoas.

Diversidade: contratação de pessoas levando em consideração a diversidade cultural.

Práticas trabalhistas: cumprimento dos direitos e deveres dos funcionários.

Responsabilidade social: ações que promovem o desenvolvimento social.

Segurança e saúde: segurança do trabalho e saúde ocupacional

Sociedade: promoção de programas que desenvolvam a sociedade.

Treinamento: tornar os funcionários aptos para desenvolverem suas atividades.

O indicador força de trabalho, não aparece explícito, no entanto tal indicador está relacionado com duas dimensões: o número de trabalhadores na dimensão econômica; geração de empregos na dimensão social. É importante ressaltar que tais dados se originam de fontes secundárias, ou seja, de relatórios empresariais sobre sustentabilidade, isto implica que os fatores levantados foram apontados no relatório, no entanto as empresas podem possuir mais ações que visem a sustentabilidade.

8. CONCLUSÃO

A evolução do pensamento sustentável, que parte da esfera pública, cabendo a cada nação promover o desenvolvimento sustentável em seu território, chega às organizações privadas e os clientes passam a serem mais exigentes, demandando uma posição mais responsável por parte das empresas. Neste enredo emerge o conceito de sustentabilidade empresarial. A sustentabilidade empresarial é composta de as ações que as organizações realizam, tais ações procuram visar à redução de impactos ambientais; a promoção de programas sociais e se mantém economicamente viável no mercado. Como se percebe o conceito está intimamente ligado às três dimensões ambiental, econômica e social. Diante deste contexto as empresas brasileiras têm investido em sustentabilidade empresarial e com bases nestas ações definem-se os principais indicadores sustentáveis:

Dimensão Ambiental: Redução das Emissões de gases nocivos, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos; Consumo consciente dos recursos água e energia; Conformidade com as normas ambientais; Exigência de um posicionamento sócio-ambiental dos fornecedores; Uso racional dos materiais utilizados na produção; Investimentos na biodiversidade; Programa de reciclagem e Preservação do meio ambiente.

Dimensão Econômica: Aumento ou estabilidade do faturamento; Tributos pagos ao governo; Folha de pagamento; Maior lucratividade; Receita organizacional; Investimentos ; Aumento das exportações (relacionamento com o mercado externo).

Dimensão Social: Desenvolvimento da comunidade/sociedade; Segurança do trabalho e saúde ocupacional; Responsabilidade social; Treinamento; Cumprimento das práticas trabalhistas; Seguridade dos direitos humanos; Diversidade cultural.

É importante ressaltar que se uma empresa investe em ações ambientais tão somente ela possui uma boa gestão ambiental, se uma empresa está voltada para o social, gestão social, se mescla ações voltadas para o meio ambiente e para o social, gestão sócio-ambiental. Para ser considerado sustentabilidade empresarial é necessário apresentar ações voltadas para as três dimensões básicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENFELDER, Ruy. Desenvolvimento sustentável. *Gazeta Mercantil*. 06 maio 2004, A3.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/art_ciencia_e_ambiente.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2005.

BRASIL. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. CIMA – Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Presidente Fernando Collor), Brasília: Cima, 1991

CAMPEÃO, Patrícia. **Sistemas locais de produção agroindustrial: um modelo de desenvolvimento**. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2004.

CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.

CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Sustentabilidade Empresarial – 2004**. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/pub-rse.asp>>. Acesso em 15 out. 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, 2003.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Formação técnica para o ecodesenvolvimento: uma avaliação do ensino técnico agrícola em Santa Catarina no período 1992-2002**. 2003. 112 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociedade e Meio Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.

Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

ICN, Instituto da Conservação da Natureza. REN, Rede Eléctra Nacional. **Em linha com o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ren.pt/content/9AAB0A1E405C461B92DEA7A4BA5AA80.PDF>>. Acesso em: 29 out. 2005.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade rumo á pós-modernidade: um futuro sustentável, responsável e transparente**. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20contabilidade%20Orumo%20a%20pos%20modernidade.pdf>. Acesso em: 23 out. 2005.

KRÜGER, Eduardo. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR/Curitiba, v. 4, p. 37-43, 2001. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/selecao/2005/leituras/krueger2001.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARGOLIN, Victor. O design e a situação mundial. **Arcos – design, cultura material e visualidade**, v. 1. Rio de Janeiro: UERJ/ESDI, 1998. Disponível em:

<[http://www.esdi.uerj.br/arcos/imagens/artigo_victor\(40a49\).pdf](http://www.esdi.uerj.br/arcos/imagens/artigo_victor(40a49).pdf)>. Acesso em 14 abr. 2005.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. Ed. Compacta, 3 ed., São Paulo – Atlas, 2001.

MININNI-MEDINA, Naná. Documentos Nacionais de Educação Ambiental. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Curso básico à distância) Documentos e Legislação da Educação Ambiental. 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

OLIVEIRA FILHO, Jaime E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. Domus on line: **Rev. Teor. Pol. soc. Cidad.**, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://fbb.br/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em 14 jun. 2005.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed, v. 5. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ROMEIRO, Ademar R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Instituto de Economia – Textos para Discussão, Texto 68, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>>. Acesso 20 maio 2005.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.